

DISCURSO ALUSIVO AO NONAGENÁRIO DO INSTITUTO DO CEARÁ

Geraldo da Silva Nobre

Senhores:

A consciência da eternidade é inerente ao ser humano. Antropólogos culturais que têm pesquisado os povos primitivos com a ânsia de provar o condicionamento da existência do homem por fatores e circunstâncias de natureza puramente material, confessam-se deveras surpreendidos com a evidência das manifestações espiritualistas em todos os achados relativos à pré-história. Muitos não querendo reconhecer a falta de fundamento de seu materialismo, formulam teorias incongruentes para as origens das concepções e práticas sobrenaturalísticas. A Ciência, no entanto, perde sua própria seriedade quando incursiona em um campo do conhecimento humano onde o papel do cientista é, tão-somente, o de investigador.

O homem nunca se satisfaz com o atendimento de suas necessidades materiais e a aquisição de experiências e conhecimentos de utilidade imediata ou mediata. A História revela-o um ser continuamente insatisfeito com o que é, e com o que tem, impelido, por uma estranha força interior, a superar todas as limitações, a tentar prolongar, indefinidamente, a própria vida em seu corpo de músculos, ossos, nervos e sangue.

Por um ditame inexorável da natureza, ele envelhece, à medida que o tempo decorre. Então, recorda pressuroso os dias da infância cheia de sonhos, da mocidade plena de esperanças e da madureza vigorosa; e confrange-se com as primeiras rugas que lhe vincam o rosto e os achaques incômodos. Mas, não obstante, sua velhice é prova de verdadeira vitalidade. Quanto mais vive é porque soube viver, com sabedoria, aquelas etapas intermediárias de sua existência.

O momento da morte é, contudo, inexorável. O ser humano reage a esse determinismo biológico, recorrendo a crenças aparentemente bizarras, impressas em ritos e monumentos funerários. Eis as grandes pirâmides do Egito com os ostentosos faraós bem resguardados em seus ricos túmulos, convertidos em múmias, que não julgaríeis inertes se contemplados como personagens históricas, ora sábios e virtuosos, ora guerreiros e destemidos e, em outras ocasiões, amantes dos prazeres, senão devassos.

A morte, na História, é puramente episódica, porque nela vivem os que souberam esculpir a sua imagem de herói, de sábio, de santo, ou, mesmo, da antítese do heroísmo, da sabedoria e da santidade. A consciência do histórico, por conseguinte, possibilita ao homem o triunfar sobre a própria morte, que o aniquila fisicamente mas o purifica de contato com o mundo regorgitante de imperfeições e de impurezas, vexatórias para sua existência terrena.

O ser humano percebe, porém, que não existe vida apenas na História Natural e na Social. É-lhe impossível saber o começo e o fim de tudo e do todo na seqüência do tempo, que não se detém no ritmo nem se perde na substância dos anos, dos meses, das horas, dos minutos e dos segundos. Ele sente-se diante de um mistério, que chama eternidade, e, pressurosamente, procura uma explicação para sua própria existência, neste céu insondável.

Quando o homem sobrepõe a consciência da eternidade à histórica é que, realmente, constrói um mundo impossível de ser destruído, no qual as imperfeições e impurezas somarão muito menos que os valores positivos daquelas verdades eternas, talvez não acreditadas, porém sempre suspeitadas.

Senhores:

Para os que integram o Instituto do Ceará este dia 4 de março ostenta-se no calendário com a luminosidade dos grandes ideais e o colorido das vitórias consagradoras. Ao festejá-lo, com a honra e a alegria de vossas presenças, não seria justo cansar-vos com a crônica desta Instituição. Convireis em que, mais acertadamente, ela vos convidou para dividir convosco a essência de suas atividades, o julgamento de seu desempenho, a esperança do futuro e a convicção a respeito do vosso entendimento sobre o legado que aqui tendes depositado.

Sabeis que os psicólogos sociais desde algum tempo tratam os grupos humanos como verdadeiros organismos vivos, sujeitos a fenômenos e leis pretensamente biológicos, objeto de estudos científicos os mais acurados. Faz-se necessário, deveras, compreender como segmentos da sociedade humana se comportam, para assegurar-lhes o êxito, que é cumprimento de suas finalidades. As instituições desempenham funções de maior ou menor importância para o homem, porém sempre importantes, salvo quando voltadas deliberadamente para a prática do mal, em um comportamento anti-histórico.

A sociedade, como um todo, não pode fugir ao imperativo supremo da luta pela sobrevivência, em função da qual busca a segurança e a estabilidade. Mas, além disso, persegue o progresso e o bem-estar, mediante numerosos objetivos, e, para concretizá-los, organiza os grupos, em que se divide.

Da convivência promíscua evoluiu, pois, a humanidade para uma convivência disciplinada, com uma hierarquia de relações, sem a qual a vida em comum ficaria sujeita a numerosos percalços. É o interesse da própria civilização que exige um disciplinamento cada vez mais complexo, consubstanciado no Direito, cuja atualização constante há de processar-se de acordo com as lições da História.

A sociedade não pode ter outros valores constitutivos e finalidades propostas senão os humanos. Sem o homem, ela é insubsistente. Contra o homem, destrói-se a si própria.

Os grupos apóiam-se em valores determinados e projetam-se por suas finalidades específicas, no tempo e no espaço. Nascerem prematuros ou oportunos, raquíticos ou pujantes, para crescerem lenta ou rapidamente, trôpega ou seguramente, desaparecerem logo ou sobreviverem a todas as dificuldades, conforme as forças representadas pelo somatório dos atributos de seus componentes.

Uma longa trajetória de noventa anos revela um organismo forte, capaz de resistir a duros embates, porque alimentado, em sua gestação, pela seiva generosa de propósitos elevados e sentimentos nobres. O Instituto do Ceará é o testemunho de uma fase empolgante da existência do povo cearense, embora surgido já ao seu final, como se desígnios superiores lhe houvessem confiado a tarefa de estruturar as grandiosas manifes-

tações de inteligência daquele período, para dar-lhes forma definida e continuidade.

Aparentemente, houve um atraso na fundação do Instituto, considerando-se que entidades congêneres já funcionavam, em 1887, em quase todas as Províncias do Império do Brasil. No entanto, destas, o Ceará, primeira descoberta, era a mais recente em termos de sociedade, pois contava escassos dois séculos de vida familiar, e menos ainda de organização política. Não tinha verdadeiramente histórica, nem mesmo tradição, resumindo-se o seu passado a versões transmitidas de uma geração a outra, com algum desfiguramento a respeito de fatos como as lutas de Montes e Feitosas por motivos não bem esclarecidos.

A ocupação do território cearense fora, deveras, uma epopéia, de colonos destemidos contra aborígenes dispostos ao último sacrifício na luta pela sobrevivência. Processara-se, no entanto, no segredo dos sertões, onde a autoridade praticamente não se fazia sentir, em circunstâncias que dificultaram os relatos históricos, ou as anotações de algum soldado com vocação para cronista. Ademais, os colonizadores mostravam-se mais interessados em estabelecer currais de gado, para assegurarem-se a posse da terra, do que em exaltar os seus feitos contra a indiada renitente, pois contrariavam, em muito, as Ordens Régias paternas em defesa dos aborígenes.

Todo o século XVIII, em que o Ceará esteve subordinado à Capitania Geral de Pernambuco fora de devassamento do território, de constituição de famílias, de atividades de criatório e de vicissitudes relacionadas com as secas periódicas. Apenas poucos fatos significativos deram maior nitidez a este quadro, de tintas, aliás, bastante fortes, pelo rigor da luta constante em prol da sobrevivência em uma região que expunha o homem a sacrifícios sem conta e medida. Raiara a nova centúria auspiciosamente, com a autonomia administrativa, porém logo surgira o espírito de partido, com as lutas de 1817 a 1824 e, por último, as do período regencial de 1831 a 1840. Eis, em resumo, a História do Ceará, pobre de conteúdo, embora não lhe faltassem feitos gloriosos e notabilidades verdadeiras.

Em princípios daquele século, concebera o naturalista João da Silva Feijó o propósito de escrever sobre os acontecimentos pretéritos da Capitania a que então prestava os seus serviços. Cerca de meio século mais tarde, um médico francês — o Dr. Pedro Thèberge, no recôndito dos

sertões cearenses, dedica-se à tarefa de consultar a documentação da Câmara da Vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó e dela retirar informações para compor um esboço da História da Província do Ceará, publicado no "Diário de Pernambuco".

Socorrendo-se de outras fontes, Tristão de Alencar Araripe redige monografia com o mesmo objetivo e, também, dada à publicidade no referido jornal pernambucano; e, na Cidade do Crato, onde exercia o magistério primário, João Brígido dos Santos iniciava-se, com a sua carreira de jornalista, na atividade de um dos mais fecundos cronistas do povo cearense, tendo escrito uma cronologia da História do Ceará — dir-se-á melhor: uma compilação de efemérides, apensa ao compêndio estatístico de autoria do Padre Thomaz Pompeu — o inolvidável Senador Pompeu falecido em 1877.

No labor em apreço — de fazer um registro de datas históricas — outros se fizeram notar, inclusive Pedro Pereira da Silva Guimarães, o combativo jornalista e parlamentar, autor do primeiro projeto aparecido no Parlamento do Império visando à abolição da escravatura.

Os estudos sobre o Ceará, em geral, ganharam impulso com a constituição de uma primeira sociedade — a intitulada Recreio Científico —, por iniciativa do notável médico cearense Doutor Joaquim Antônio Alves Ribeiro, formado em universidades estrangeiras. Ensejou-a a passagem pela Província do famoso cientista nascido na Suíça, mas residente nos Estados Unidos, Luís Agassiz, chefe da Expedição Thayer à América do Sul.

Uma outra expedição ao Ceará — a Comissão Científica de Exploração chefiada por Gonçalves Dias, teve implicações de maior importância no desenvolvimento dos estudos históricos na então Província. Foi arrecadada, ou copiada, numerosa documentação, através de colaboradores, como João Brígido dos Santos, o que concorreu para o relacionamento de estudiosos cearenses com o Imperial Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado na Corte do Rio de Janeiro.

Tendo os jornais da época — embora com limitações técnicas, para suas manifestações, a inteligência cearense afirmou-se paulatinamente, sobretudo após a criação do Liceu e do Seminário. O decênio de 1861—1870, marcado pelas guerras externas, não tolheu os interesses culturais, mas, na verdade, os reforçou. Em seguida, notou-se uma eclosão de talentos, em um quase milagre na província pobre e isolada, pois ainda não

se explicou o extraordinário surto de atividade intelectual, na capital e em algumas localidades do interior cearense, a partir de 1871.

Capistrano de Abreu, Tomás Pompeu (Filho), Farias Brito, Clóvis Beviláqua e muitos outros, não se devendo esquecer Rocha Lima — o mais admirado de todos por seus contemporâneos, mas logo desaparecido como clarão de brilho inigualável, constituíram aquela mocidade esplendorosa, cujas cogitações eram a literatura, a filosofia e a ciência, inclusive a História.

Em 1877, no seio do Gabinete Cearense de Leitura, foi instalado o Instituto Histórico e Geográfico, sob a presidência do desembargador Silvério Fernandes de Araújo Jorge, logo removido para outra Província, o que, aparentemente, desarvorou seus companheiros de estudos e pesquisas.

A idéia da fundação do Instituto do Ceará estava, pois, bastante amadurecida quando, em 4 de março de 1887, a concretizaram 12 ilustres cearenses, quais apóstolos a serviço de uma causa nobre.

Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Guilherme Chambly Studart, Joaquim de Oliveira Catunda, Padre João Augusto da Frota, João Batista Perdigão de Oliveira, Antônio Augusto de Vasconcelos, Antônio Bezerra de Menezes, Júlio César da Fonseca Filho, Juvenal Galeno da Costa e Silva, José Sombra, Virgílio Brígido e Virgílio Augusto de Moraes formaram a constelação que, tal a sua luminosidade, fez resplandecer, desde logo, no firmamento intelectual do Ceará, a contribuição para a História, a Geografia e a Antropologia.

Eis — Senhores — o legado que este venerando Instituto soube preservar e enriquecer ano após ano durante nove décadas, e que, certamente, continuará a transmitir de geração a geração, ainda que vicissitudes e obstáculos lhe desafiem o progresso e a própria sobrevivência.

Aqui presentes — ilustres Consócios — ofereceis a certeza do ânimo resolutivo em prosseguir a caminhada em que sucedestes àqueles fundadores, e em que não desanimareis, embora seja ela infundável, como a própria História.

Esta presença é um ato de fé nos destinos do Instituto e, por isto, se considerou adequada a assistência a um ofício religioso, com que também se prestasse homenagem à memória dos Consócios falecidos. Ao ilustre

Cônego Dr. Misael Gomes da Silva, jovial nos seus noventa e dois anos de idade, reitera-se o agradecimento por sua prestimosa colaboração, celebrando a missa na abertura desta comemoração.

Para maior realce do acontecimento, o Instituto concede, hoje, pela primeira vez, a Medalha Barão de Studart, distinção criada em 20 de janeiro de 1972, e cujo verdadeiro valor não consiste no seu peso em ouro puro, nem no talhe artístico. O que a torna sumamente desejada, por honrar a quem a recebe, é o nome aureolado de Guilherme Studart, cujas dimensões humanas jamais serão devidamente avaliadas, tal a riqueza daqueles atributos que soube converter em ações, para o progresso da ciência, a dignificação da vida e o bem-estar dos semelhantes.

Por uma circunstância deveras feliz, a primeira Medalha Barão de Studart será concedida ao Sr. General Professor Doutor Carlos Studart Filho. É que pertence ele à mesma família ilustre daquele fundador e presidente do Instituto do Ceará. Mas, além disso, outros merecimentos foram levados em conta, inclusive o de que Carlos Studart Filho tem as honras de decano deste grêmio, no qual ingressou no já longínquo ano de 1928.

Suas obrigações profissionais e funcionais afastaram-no por alguns anos do Ceará, mas regressou na primeira oportunidade, para dedicar-se, com zelo admirável, ao Instituto, em cuja Presidência se acha investido, aliás com a dignidade de Presidente Perpétuo.

Assentou-se que, neste ano, excepcionalmente, seriam dois os contemplados com a Medalha Barão de Studart. Pelo voto dos Sócios Efetivos, foi escolhido o historiador José Honório Rodrigues, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras, e por todos reconhecido como o maior cultor da História, atualmente, no Brasil, para receber a outra Medalha a ser concedida hoje. Fez-se justiça a quem, reconhecendo o valor desta Entidade, lhe prestou serviços assinalados, notadamente o de organizar o índice da Revista do Instituto do Ceará, publicada ininterruptamente desde 1887 e, por conseguinte, o mais antigo periódico ainda hoje editado no território cearense.

Por razões a que não pôde fugir, o Historiador José Honório Rodrigues deixou de comparecer a esta cerimônia, fazendo-se representar pelo Sr. General Raimundo Teles Pinheiro.

A este Consócio, ao Vice-presidente Conselheiro Professor Mozart Soriano Aderaldo, ao Comendador Luís Cavalcante Sucupira, ao Genealogista Francisco Fernando Saraiva Câmara e a outros dedicados integrantes do quadro social do Instituto muito se deve o êxito desta comemoração. Decisiva foi, também, a colaboração dos Sócios eleitos, e ainda não empossados, doutores Itamar Santiago Espíndola e José Caminha Alencar Araripe, este último acolhendo, no jornal "O Povo", de que é diretor, numerosas publicações sobre o Instituto nonagenário.

Ao Doutor Carlos Guilherme Studart, neto do Barão de Studart e Sócio Benemérito desta Casa, deve-se creditar reconhecimento, pelo gesto magnânimo de doar 10 (dez) exemplares da Medalha com o nome de seu ilustre avô.

Prova o Instituto, com a demonstração de vitalidade em seus noventa anos de existência, que não é velho, mas novo, pois inconcusso no propósito de continuar a serviço do povo cearense, cuja História, ainda recente, haverá de prolongar-se até a consumação dos séculos.

Uma grande parcela da humanidade, por haver renegado os valores supremos que jazem na consciência da eternidade, prognostica o fim da civilização, com o qual estaria escrita a última página da História.

Há trinta anos, em 1946, no entanto, o cientista atômico Vannevar Bush aludia aos "Horizontes sem Fim" da espécie humana, em livro publicado com esse título.

Desde então, observou-se que, progressivamente, o homem descreu da ciência, e até mesmo a rejeita, isto porque ela antecipou um futuro muito além da expectativa do cidadão comum, e o expôs ao perigo da catástrofe atômica.

Agrava-se a situação porque as aplicações da nova tecnologia ocorrem, principalmente, nos arsenais das grandes potências, que reservam partes consideráveis de seus orçamentos para o instrumental bélico.

A ciência, aparentemente, está a serviço dos que tramam a escravidão da humanidade, e preparam sua destruição. Na verdade, porém, ela é neutra, enquanto não a desvirtuam as paixões humanas.

Por isso, a ciência — se concorre para o progresso — peca, do ponto de vista de sua insuficiência como panacéia para os males da sociedade.

Impõe-se a busca de soluções, que não sejam exclusivamente científicas, ou técnicas. Deve-se evitar o condicionamento do homem pelo tipo de civilização em que os cientistas e técnicos modernos se inseriram, vítimas de sua própria ideologia e arrastando ao labirinto dos problemas insolúveis toda a raça humana.

A sabedoria dos romanos proclamava que “a verdade liberta”. A História — o grande laboratório exclusivo da experiência social — demonstra que esta verdade não pode ser a das leis científicas.

Não é a pretensa verdade dos modelos políticos, propostos como sistemas perfeitos para assegurar felicidade e bem-estar aos povos. Nem, muito menos, a das estratégias com que alguns julgam poder recuperar o terreno perdido para o adversário, ou inimigo.

A liberdade que se conquista com tais verdades é a que fica exposta à destruição pelos que a pleitearam unicamente para satisfazer a ânsia de destruí-la.

Verdade e liberdade são, no entanto, questões fundamentais para a felicidade do homem.

Para serem válidas, porém, devem ser calcadas nos valores supremos e imutáveis, nunca no simples exercício da razão, voltada para circunstâncias e contingências, nem, muito menos, naqueles instrumentais, teóricos ou práticos, que apenas valem pelo uso — devido ou indevido.

Prezados e ilustres Consócios do Venerando Instituto do Ceará:

Aos integrantes das academias — e esta é a mais antiga e respeitável, por todos os títulos, de quantas existem em nosso meio — tem-se dado o qualificativo de imortais.

Como estudiosos da História, sabeis, melhor que outros, a acepção de imortalidade. Vede, no passado, as marcas indeléveis do homem, que, não obstante suas paixões caminha seguramente no rumo do futuro. Tal-

vez, compelido pelas necessidades prementes e preso às circunstâncias e contingências, nem sempre lhe ocorra a idéia da eternidade.

Sua consciência instiga-o muitas vezes, porém, a apoiar-se nos valores supremos: na verdade verdadeira e na liberdade responsável.

Como estudiosos da Geografia, contemplais um planeta, que é, cada vez mais, um simples ponto de referência em um universo que se expande, e em cujo conhecimento o homem põe fronteiras sempre mais distantes. No entanto, vigem na Terra as leis cósmicas, que a tudo presidem e, por isso, devem ser estudadas como ponto de partida para a compreensão e a solução dos problemas humanos e sociais.

Como estudiosos da Antropologia, analisais o comportamento genérico da espécie racional, como geradora da cultura, e adquiris a certeza de que nascem, progridem e decaem as civilizações, mas o homem é, fundamentalmente, o mesmo, com suas imensas possibilidades de responder a desafios, de superar limitações, de reconhecer erros e de construir algo duradouro.

Tendes a coragem de não mudar, em um mundo que clama por mudanças, quando estas fogem ao verdadeiro sentido do progresso.

Reconheceis o valor da tradição, porque a grande aventura do homem na História constitui, em essência, a transmissão e a preservação do legado cultural de uma geração a outra.

Sabiamente dizia Marco Túlio Cícero, o elegante senador da orgulhosa Roma, que a História é a mestra da vida.

Aqui está o verdadeiro elixir para a desejada imortalidade: os que estudam e compreendem o passado perscrutam o futuro, antevêm as questões e planejam o desenvolvimento da civilização, com menor margem de erro que o homem comum.

Não é a pedra bruta da pirâmide monumental que a faz resistir a 40 séculos da ação persistente da erosão, no evoluir do ciclo tectônico. Erigiu-a o trabalho do homem, e argamassou-a com a consciência da eternidade e a crença no infinito.

Digníssimas Autoridades, Senhores e Senhoras:

Testemunhais um momento significativo da vida do Instituto. Concorrei para que os vossos descendentes encontrem aberto este templo do tempo e possam contemplar o passado, com aquele assombro com que o "petit caporal" — o grande Napoleão, apontava a seus soldados, no vale do Nilo, a pirâmide enrugada, mas plena de mocidade, porque, se sobreviveu a quarenta séculos de erosão haverá de sobreviver a quarenta milênios.

Esta casa é vossa, patrimônio de um povo cuja dignidade exalta, cuja glória proclama, cuja esperança alenta, cuja fé simboliza.

Dizei em uníssono: Salve Instituto do Ceará, e o vosso verbo repercutirá, no vazio dos séculos longínquos, a preencher-lhes a imensidão.